

EXPERIÊNCIAS E APROXIMAÇÕES DO ETNOTURISMO EM TERRAS INDÍGENAS NO ESTADO DE MATO GROSSO

Amintas Nazareth Rossete ¹
Rita Maria de Paula Garcia ²
Michel Alves Ferreira ³

RESUMO

O estado de Mato Grosso possui 67 Terras Indígenas demarcadas, das quais muitas delas recebem visitantes atraídos pela sua rica sociobiodiversidade. Em 2015, a Fundação Nacional do Povos Indígenas (FUNAI) publicou a Instrução Normativa nº 03 para estabelecer normas e diretrizes relativas às atividades de visitação para fins turísticos em Terras Indígenas. Com isso, os objetivos desta pesquisa consistem em realizar um diagnóstico das vulnerabilidades e potencialidades do etnoturismo no estado de Mato Grosso; e, apresentar principais características geoambientais das terras indígenas no estado de Mato Grosso. Foram realizadas pesquisa bibliográfica e pesquisa de campo com os acadêmicos dos cursos de Licenciatura Intercultural e Pedagogia Intercultural da Faculdade Indígena Intercultural da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), *Campus* Barra do Bugres. As técnicas empregadas foram rodas de conversas e aplicação da Matriz *SWOT*. Estiveram presentes nas atividades, 22 etnias indígenas, com suas diversidades culturais, linguísticas, territoriais e vivenciais, totalizando aproximadamente cem participantes. Foram identificados alguns aspectos relevantes para serem considerados no etnoturismo em Terras Indígenas no Estado de Mato Grosso: gestão ambiental; geodiversidade; infraestrutura para o desenvolvimento e fomento às atividades produtivas; inclusão social e cidadania; e, produção, organização e disponibilização de informações sobre o turismo em terras indígenas. Considera-se que a construção do etnoturismo é dialógica, é diversa, cheia de disputas e limitações, remetendo a tempos-espacos outros que devem suscitar a realização de novas pesquisas e, sobretudo, a inspiração de modos outros de interação com o mundo.

Palavras-chave: Terras Indígenas, Espaço, Sociodiversidade, Turismo.

RESUMEN

En el estado brasileño de Mato Grosso existen 67 Tierras Indígenas demarcadas, muchas de las cuales reciben visitantes interesados por su rica sociobiodiversidad. En el año 2015, la Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI) publicó el documento Instrução Normativa nº. 03 para establecer reglas y lineamientos con respeto a actividades de visitación turística en tierras indígenas. Por consiguiente, los

¹ Doutor em Gestão de Recursos Naturais pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Professor adjunto da Faculdade de Ciências Agrárias, Biológicas e Sociais Aplicadas (FABIS), da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), *Campus* Nova Xavantina -MT. amintas@unemat.br;

² Doutora em Geografia pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Professora adjunta da Faculdade de Ciências Agrárias, Biológicas e Sociais Aplicadas (FABIS), da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), *Campus* Nova Xavantina – MT. ritagarcia@unemat.br.

³ Doutor em Tecnologia e Sociedade pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR). Professor Substituto da Faculdade de Ciências Agrárias, Biológicas e Sociais Aplicadas (FABIS), da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), *Campus* Nova Xavantina - MT. Pesquisador do Grupo de Pesquisa Labor Movens: Condições de Trabalho no Turismo, da Universidade de Brasília (UnB), e do Grupo de Pesquisa Gritus: Gênero, Raça e Interseccionalidades no Turismo, da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) - *Campus* Sorocaba. maferreiragi@gmail.com.

Objetivos de esta investigación consisten en realizar un diagnóstico de las vulnerabilidades y potencialidades del etnoturismo en el estado de Mato Grosso; y, presentar las principales características geoambientales de las tierras indígenas del estado de Mato Grosso. Se realizó una búsqueda bibliográfica del tema y trabajo de campo con estudiantes universitarios de las carreras de Licenciado Intercultural y Pedagogía Intercultural de la Facultad Indígena Intercultural de la Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), *Campus* Barra do Bugres. Las técnicas de investigación utilizadas fueron mesa redonda y aplicación de la matriz *SWOT*. En las actividades estuvieron presentes 22 etnias indígenas, con sus diversidades culturales, lingüísticas, territoriales y vivenciales, totalizando aproximadamente cien participantes. Se identificaron algunos aspectos relevantes a ser considerados en el etnoturismo en Tierras Indígenas del Estado de Mato Grosso: gestión ambiental; geodiversidad; infraestructura para el desarrollo y promoción de actividades productivas; inclusión social y ciudadanía; y, producción, organización y provisión de información sobre turismo en tierras indígenas a. Se considera que la construcción del etnoturismo es dialógica, diversa, llena de disputas y limitaciones, remitiendo a otros tiempos-espacios que deben propiciar la realización de nuevas investigaciones y, sobre todo, la inspiración de otras formas de interactuar con el mundo.

Palabras clave: Poblaciones indígenas, Espacio, Sociodiversidad, Turismo.

INTRODUÇÃO

A espacialidade turística permite abarcar - em contextos socioculturais - as práticas, os lugares e os sujeitos do turismo, ao mesmo tempo, equipamentos turísticos (hotéis, agências de viagem, restaurantes, etc.), serviços turísticos, infraestrutura de apoio ao turismo, políticas públicas, entre outros. A ênfase desta pesquisa implica em (re)conhecer como as diferentes etnias lidam com o turismo nas Terras Indígenas (TI) do estado de Mato Grosso, para refletir sobre as práticas socioespaciais, das quais os povos originários, o turista, empresários, gestores públicos e trabalhadores estão em relações permanentes ou transitórias, mas certamente em dinâmicas que envolvem aproximações, afastamentos e/ou tensões entre esses diferentes agrupamentos, especialmente para aqueles à margem dos espaços de poder e produção no sistema capitalista.

Desta atividade de visitação, a valorização da cultura local é elemento fundante dos princípios do etnoturismo, instigando a percepção do visitante a outras perspectivas sobre aquela cultura, que pode proporcionar engajamentos na luta pelo bem-estar desses povos. (HELD, 2013). Outro elemento, caro à atividade do etnoturismo, remete a pensá-lo a partir das escolhas coletivas dessas comunidades, assim como de suas lógicas cotidianas relacionais e o que se quer (ou não) apresentar aos visitantes em suas interações (GUIMARÃES, 2006), os modos de ser, estar, viver e agir no mundo (KRENAK, 2019) específicos dessas comunidades.

A Instrução Normativa n° 03 da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI), de 2015 (BRASIL, 2015, p.1) “estabelece normas e diretrizes relativas às atividades de visitação para fins turísticos em terras indígenas”. Neste sentido, é possível estabelecer alguma conexão

entre o entendimento de uma cosmopolítica indígena (KRENAK, 2019), com o artigo segundo da Instrução Normativa nº 03 ao se pensar nas possibilidades de construção de experiências do turismo em termos estabelecidos pelas próprias comunidades, ainda que com todos os limitadores e impositivos interpretativos/legais deste documento (RAMOS; FERKO, 2018).

Mato Grosso é a terceira unidade federativa brasileira em extensão territorial, além disso, um dos estados brasileiros com o maior número de etnias indígenas: são 46 etnias em 78 territórios indígenas, 67 dos quais já demarcados (IBGE, 2012) e que muitas dessas comunidades, se assim o quiserem, podem requerer o desenvolvimento do etnoturismo ou ecoturismo baseados na Instrução Normativa supracitada. Contudo, o turismo vem sendo praticado nas terras indígenas mato-grossense a depender da aldeia, e em algumas terras indígenas há aldeias que recebem visitantes e outras que não têm interesse na atividade.

Alguns questionamentos são cabíveis no contexto do Turismo em Terras Indígenas em Mato Grosso: Quais são os territórios indígenas onde o turismo se realiza no estado de Mato Grosso? Quais são as necessidades dos povos indígenas para o etnoturismo no estado de Mato Grosso? Quais os elementos para a caracterização geoambiental dos territórios indígenas do etnoturismo no estado de Mato Grosso? Como se deu, historicamente, a relação do turismo nesses espaços?

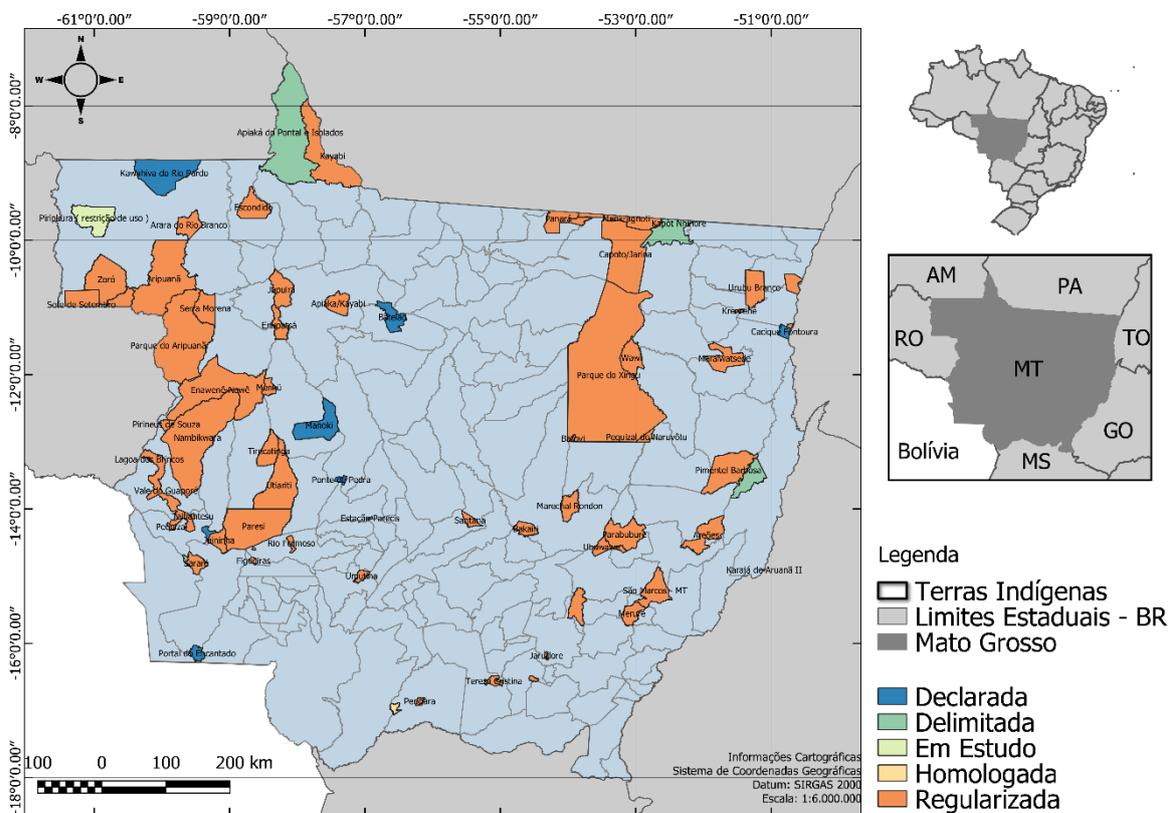
Neste sentido, são definidos alguns objetivos para esta pesquisa no intuito de construir diálogos e reflexões sobre as práticas socioespaciais: realizar um diagnóstico das necessidades e potencialidades do etnoturismo no Estado de Mato Grosso; e, apresentar características geoambientais das terras indígenas onde ocorrem o etnoturismo no estado de Mato Grosso.

METODOLOGIA

Mato Grosso é um estado de dimensões continentais e as terras indígenas estão distribuídas em praticamente todas as regiões geográficas, mas esta distribuição não é homogênea e como pode ser visto na Figura 1, existe uma concentração de terras indígenas na região mais à oeste, em direção ao estado de Rondônia; a Terra Indígena do Xingu na porção centro-norte; e, uma outra concentração mais ao leste, em direção aos estados de Goiás e Tocantins.



Figura 1 - Mapa de Terras Indígenas do estado de Mato Grosso



Fonte: autoria própria.

Entre os meses de janeiro e novembro de 2022, foi realizado levantamento bibliográfico para identificar as terras indígenas e aldeias em que o turismo se fazia presente no estado de Mato Grosso e para isso, foram consultados livros, artigos científicos, monografias, dissertações, teses, além de documentos como relatórios técnicos e planos.

Nos dias 02 e 03 de agosto de 2022, foram realizadas uma série de atividades⁴ na Faculdade Indígena Intercultural (FAINDI) da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), *Campus Barra do Bugres*, com os(as) acadêmicos(as) dos cursos de Licenciatura Intercultural e Pedagogia Intercultural. Os procedimentos metodológicos empregados e a serem apresentados neste estudo foram: rodas de conversas e aplicação da matriz FOFA (Forças, Oportunidades, Fraquezas e Ameaças). Estiveram presentes nas atividades, 22 etnias indígenas,

⁴ As atividades foram previstas no Projeto de Extensão PJ283-2022, institucionalizado pela Universidade do Estado de Mato Grosso. O projeto pode ser consultado, mediante solicitação de acesso, no *link*: <https://sigaa.unemat.br>.

PESQUISA COM suas diversidades culturais, linguísticas, territoriais e vivenciais, totalizando aproximadamente 100 (cem) partícipes.

As etnias indígenas participantes foram: Arara, Apiaká, Bakairi, Bororo, Cinta Larga, Chiquitano, Irantxe, Munduruku, Kayabi, Myky, Rikbaktsa, Paresi, Nambikwara, Umutina, Xavante, Kayapó, Juruna, Terena, Tapirapé, Mehinako, Kuikuro e Kalapalo.

A análise FOFA ou *SWOT* (KOTLER; KELLER, 2012) que avalia forças (*strengths*), fraquezas (*weaknesses*), oportunidades (*opportunities*) e ameaças (*threats*) de uma organização é frequentemente utilizada para fins de estudos de diagnóstico turístico.

Cada acadêmico(a) recebeu uma folha contendo um quadro com quatro divisões nomeadas: forças, fraquezas, oportunidades e ameaças. Na folha, deveria ser registrada a percepção em relação a sua aldeia para cada uma das palavras. As palavras foram organizadas e sintetizadas gerando um quadro.

A partir do diálogo introdutório sobre os objetivos da pesquisa e considerando o conhecimento prévio que os(as) acadêmicos(as) tinham sobre etnoturismo, foi aberto um diálogo que partiu das seguintes questões: O que é etnoturismo? O que é etnoturista? Os(As) acadêmicos(as) presentes expuseram a sua compreensão. Os(As) pesquisadores(as) registraram as respostas e por fim, foi construído um conceito coletivo para etnoturismo e etnoturista. O resultado foi lido e aprovado pelos(as) acadêmicos(as) presentes.

Na caracterização dos aspectos geoambientais, através do emprego de técnicas de geoprocessamento e de levantamentos bibliográficos, procurou-se descrever o contexto da geodiversidade presente nas Terras Indígenas de Mato Grosso. A geodiversidade deve ser entendida enquanto diversidade de ambientes e elementos geológicos (rochas, minerais, fósseis), geomorfológicos (geoformas - formas da superfície terrestre, produzidas por feições geológicas e geomorfológicas) e pedológicos, incluindo as suas inter-relações que dão origem às paisagens (BRILHA, 2005).

REFERENCIAL TEÓRICO

Lefebvre (2006) parte do princípio de que o espaço é social, logo, é um produto social. O espaço contém relações sociais de produção e de reprodução e suas representações, como segue:

Para tornar as situações mais complexas, o espaço contém certas representações dessa dupla ou tripla interferência das relações sociais (de produção e de reprodução). Ele as mantém em estado de coexistência e de coesão por representações simbólicas. Ele

as exibe, transpondo-as, portanto dissimulando-as de maneira simbólica, com a ajuda e sobre o fundo da Natureza. [...] (ibid., p. 3)

As representações do espaço estão direta e intrinsecamente enraizadas nas relações sociais, nas quais cabe a investigação da produção do espaço por diferentes óticas, ciências e perspectivas de mundo.

Apreender a espacialidade do turismo por outras formas de pensar e agir no e do espaço – contudo, sem a pretensão de esgotá-lo - fundamentará conceitual e metodologicamente a pesquisa. O estudo da espacialidade do turismo, sobretudo em Terras Indígenas é subsídio para analisar a produção/reprodução do espaço.

Pensar coletivamente o planejamento e a organização do turismo em terras indígenas, requer, a partir da reflexão de Krenak (2019) e Guimarães (2006), entender que, para essas comunidades, inexiste em sua *cosmopolítica* uma ideia de neutralidade, objetividade, universalidade e distanciamento entre os modos de ser, viver, estar e agir no mundo e em seus territórios.

Neste sentido, é possível estabelecer alguma conexão entre o entendimento de uma cosmopolítica indígena, com o artigo segundo da Instrução Normativa nº 03 da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai) de 2015 (BRASIL, 2015), ao se pensar nas possibilidades de construção de experiências do turismo em termos estabelecidos pelas próprias comunidades e, conseqüentemente, da construção de narrativas que podem servir de interesse ao visitante. Ressalvadas, evidentemente, os escopos analíticos, legais e teóricos de uma cosmopolítica indígena e uma normativa estabelecida pelos não-indígenas, materializada na Instrução Normativa nº 03 da Funai.

Essa mesma Instrução estabelece normas e diretrizes relativas às atividades de visitação para fins turísticos em terras indígenas. Dentre suas diretrizes orientadoras está o respeito e o fortalecimento de identidade, usos, costumes e tradições, a sustentabilidade social, ambiental e econômica das atividades, a observância do direito de consulta prévia, livre e informada, e promoção do diálogo e da cooperação com os povos indígenas (BRASIL, 2015).

Em outras palavras: a atividade turística nesses territórios, além de buscar a valorização e o respeito dessa cosmopolítica das populações indígenas, também devem ser pensadas enquanto meios de vida, estes fundamentados na livre escolha dessas populações (GUIMARÃES, 2006).

O que certamente possui uma correlação direta com formas de experienciar o turismo em terras indígenas e com a noção de etnoturismo: aquele que está preocupado com trocas culturais e respeito a cosmopolítica dessas populações.

Estes espaços turísticos possuem uma dimensão simbólica que compõe o espaço vivido do turista, e que influem nas motivações em conhecê-los, para além das classificações cartesianas (naturais ou artificiais).

Cabe destacar que, neste texto, o entendimento do fenômeno do turismo é enquanto que uma possibilidade e meio garantidor de acesso aos direitos humanos e não um direito *em si mesmo*, uma vez que o turismo carrega as contradições, desigualdades, violências e problemáticas inerentes ao sistema capitalista em sua produção, uso, exploração e consumo. (CAÑADA, 2023).

Alguns questionamentos são cabíveis: que modos de interagir com o mundo são possíveis de construir a partir do turismo? Como promover encontros que favoreçam efetivamente as trocas entre os diferentes grupos sociais interessados na atividade turística e que, simultaneamente, respeitem e valorizem as suas diferenças culturais, territoriais e étnicas/raciais? Como pensar em políticas públicas participativas que contemplem uma visão de etnoturismo localizada? Como pensar em modos de sustentação econômica dessas populações, aliadas à noção de um turismo etnicamente responsável? Como garantir que o turismo priorize os direitos humanos? Como reduzir as desigualdades e violências inerentes ao turismo nas terras indígenas?

É possível dizer que existe demanda por turismo em terras indígenas, com fins de vivenciar, conhecer e trocar experiências de vida, principalmente com a sua cultura como principal elemento. As populações do Território Indígena do Xingu e da Terra Indígena Pequizal do Naruvotu, desenvolvem esta modalidade turística de forma regular, possuindo os Planos de Visitação estruturados e devidamente aprovados pelo órgão indigenista oficial brasileiro (GASPARINETTI; OZORIO, 2019).

Em outras comunidades do Estado de Mato Grosso, há essa busca para a regulamentação de Planos de Visitação, praticando, em alguma escala e com algumas ressalvas, o etnoturismo em seus territórios. É o caso das Terras Indígenas de Rio Formoso, Utiariti da etnia Paresi, Terra Indígena Umutina e Terra Indígena Tereza Cristina, da etnia Bororo (GASPARINETTI; OZORIO, 2019).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A geodiversidade presente nas terras indígenas do Mato Grosso, fruto da dispersão destas por todo o estado faz com que se tenha uma complexidade de paisagens. A partir da análise dos componentes geológicos e geomorfológicos é possível distinguir alguns

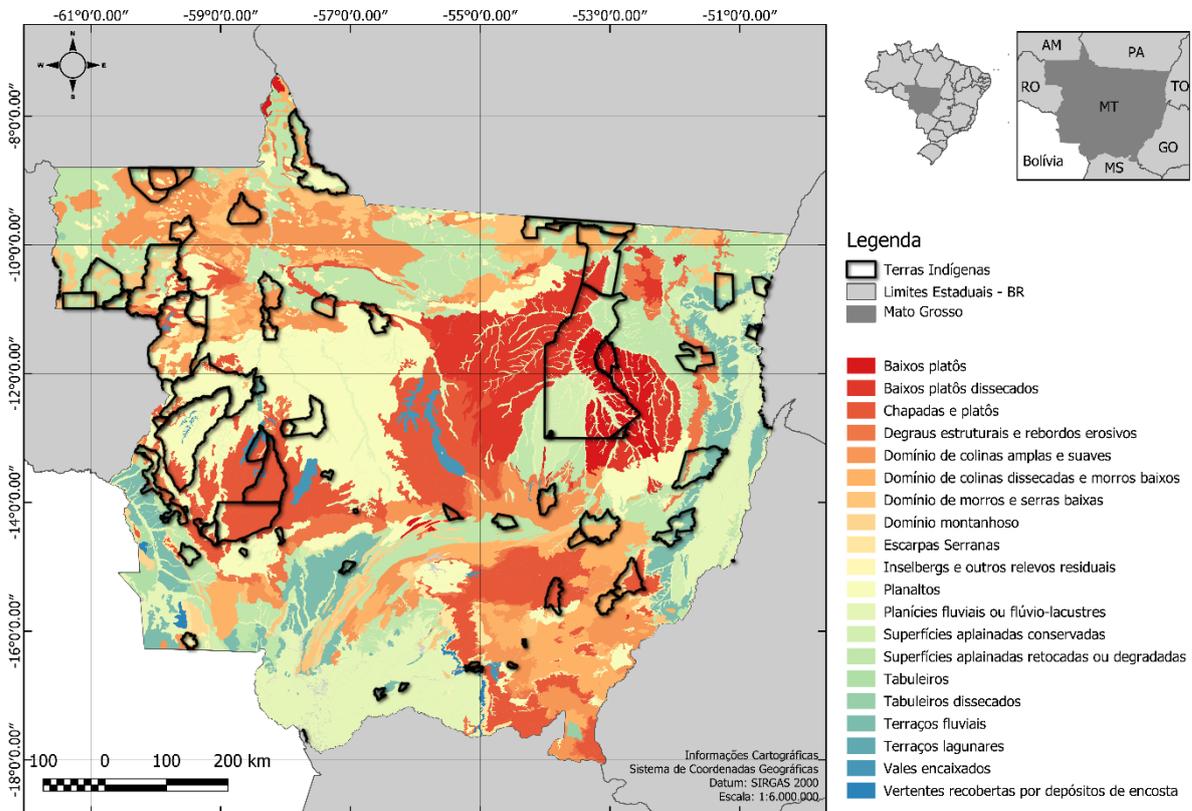


macrodômios, de acordo com a Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais - CPRM (2010), e contidos na Figura 2:

- 1) Domínio das planícies: associação de paisagens planas com altimetria média entre 100 e 300 metros, com predomínio de ambientes de terraços fluviais e lagunares, planícies fluviais ou flúvio-lacustres, com áreas úmidas e sedimentos inconsolidados. Nesta região são encontradas as etnias Karaju, Tapirape, Guatá, Chiquitano, Nambikwara, entre outras.
- 2) Domínio das chapadas: predominando na porção central do estado, em uma ampla faixa, sentido leste-oeste, com altimetria média entre 400 e 500 metros, está associado na maior parte à superfície de aplainamentos, baixos platôs dissecados, chapadas e planaltos. Este domínio engloba rochas sedimentares do fanerozoico e sedimentos retrabalhados de outras rochas mais recentes. Nesta região podem ser encontradas as etnias Wauja, Trumii, Aweti, Ikeng, Yawalapit, Mehinku, Aweti, Yudja, Ikpeng, Kuikuro, Nahukui, Tapayuna, Kaiabi, Kamayruri, Kalapalo, Irntexex, Paresi, Enawene, entre outras.
- 3) Domínio de morro e colinas: este domínio está presente em várias partes do estado, desde a parte mais ao norte, perpassando pela região mais central e no sudeste. Com predomínio de rochas metamórficas e ígneas, apresenta regiões com grande amplitude altimétrica, onde estão presentes as maiores altitudes do estado, em torno de 900 metros. Esta característica faz com que neste domínio tenha a presença de grandes desníveis nos cursos de água, formando inúmeras quedas d'água e conseqüentemente, um grande potencial turístico nas Terras Indígenas. Neste domínio há presença das etnias Cinta Larga, Rikbaktsa, Apiaka, Kaiabi, Piripkura, entre outras.



Figura 2 - Mapa de unidades de relevo do estado de Mato Grosso



Fonte: adaptado de CPRM, 2010.

A partir da realização das rodas de conversas com os indígenas, que teve como finalidade fomentar o que se entende por etnoturismo e etnoturista, foi possível construir coletivamente um conceito ou compreensão *in loco* do etnoturismo, qual seja: *atividades culturais que envolvem as comunidades tradicionais, a vivência com estas comunidades, acompanhamento da rotina e do trabalho dos povos indígenas e preservar o que têm*. O etnoturista, para os partícipes das atividades realizadas no *Campus Barra do Bugres* da UNEMAT, é a *pessoa que respeita a cultura e busca a formação de uma consciência étnico-ambiental*.

Após a aplicação da Matriz FOFA para cada etnia presente nas atividades, houve uma socialização/debate com o grande grupo, objetivando identificar pontos em comuns observados em cada levantamento particular realizado. Neste sentido, o resultado coletivo da aplicação da matriz FOFA (Forças, Oportunidades, Fraquezas e Ameaças) foi sintetizado no Quadro 1.

Força	Oportunidade
<ul style="list-style-type: none"> • Enorme diversidade étnico-cultural; • biodiversidade preservada; • diversidade de produtos culturais (artesanato, dança, vestuário, dentre outros); • valorização e respeito a memória e seus modos de vida; • automobilização das comunidades indígenas; • território; • alimentação; • organização coletiva fortalecida; • belezas naturais. 	<ul style="list-style-type: none"> • Geração de produtos turísticos com maior compromisso coletivo, social e ambiental; possibilidades de comercialização local dos produtos culturais (artesanato, dança, vestuário, dentre outros) gerando renda para a comunidade; • geração de produtos voltados ao turismo mais sensível a cultura indígena; • calendário cultural indígena; • diagnóstico étnico linguístico; • divulgação e valorização da cultura.
Fraqueza	Ameaça
<ul style="list-style-type: none"> • Dificuldade de acesso e transporte às comunidades; • fragilidade dos protocolos de segurança sanitária e saúde coletiva; • falta de apoio financeiro e técnico para realização da atividade e melhoria da infraestrutura; • falta de comprometimento coletivo para o cumprimento; • falta de qualificação; • desunião na gestão do empreendimento. 	<ul style="list-style-type: none"> • Aumento de resíduos gerados pela atividade turística nas comunidades e alteração nos seus modos de vida; • biopirataria; • turismo clandestino; • aumento de doenças, drogas, prostituição e problemas de saúde mental.

Fonte: autoria própria.

Enquanto ‘forças’, são destacadas a enorme riqueza e diversidade étnico-cultural presente no estado de Mato Grosso aliada a questões como biodiversidade, a produção cultural existente de cada etnia, assim como alimentação e o senso de organização coletiva. Já com

relação as 'fraquezas', destacaram-se: dificuldades de infraestrutura (transporte/acesso) para pensar o etnoturismo, a fragilidade da observância dos protocolos de biossegurança e saúde coletiva nesses territórios, necessidade de capacitação técnica voltada para gestão coletiva de processos nas aldeias e no etnoturismo.

Dentre as 'ameaças' a serem enfrentadas estão: ausência de infraestrutura de acesso físico aos territórios, indisponibilidade de linhas de crédito financeiro para investimentos, a própria necessidade de aprimoramento de protocolos de segurança e saúde das populações indígenas e dos turistas no momento da realização das visitas.

As 'oportunidades' geradas pelo etnoturismo incluem a possibilidade de comercialização da produção local das comunidades: artesanatos, vestuários, frutas, legumes, verduras, ervas, raízes, dentre muitos outros que não encontram escoamento na cadeia regular de mercado. Ao mesmo tempo, fornecem outros sentidos, significados e representações dados a esses próprios produtos, de tal modo que um planejamento participativo do etnoturismo pode proporcionar a ligação de consumidores à essas produções singulares, evidenciando características desejáveis como a forma de produção em agroflorestas e a presença de cultivares exclusivos aos modos de vida dessas populações.

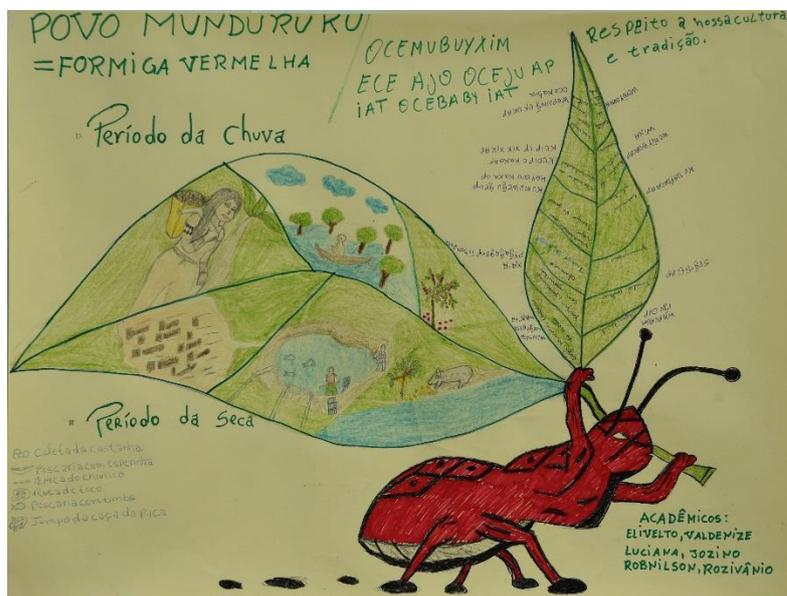
Os resultados obtidos em agosto de 2022, a partir das trocas estabelecidas com acadêmicos(as) da FAINDI/UNEMAT e pertencentes às diferentes etnias indígenas, podem ser conectados, em certa medida, com a defesa política destacada no texto de Cañada (2023), acerca das possibilidades de transformação do turismo, como é conhecido historicamente no capitalismo.

Abriu a perspectiva de uma transformação do turismo, em uma direção pós-capitalista, dificilmente será possível sem uma mobilização cultural capaz de construir imaginários que dêem sentido de classe a uma certa forma de entender o lazer, a recreação e o turismo. E isso acontece, sobretudo, desmontando os andaimes de valores associados ao turismo, que têm sido construídos para criar necessidades, na maioria da população, para serem resolvidos com o consumo (CAÑADA, 2023, p. 22-23).

Ademais das conexões realizadas entre os resultados obtidos na pesquisa e as contribuições de Cañada (2023), houve o destaque para o calendário cultural indígena (Figura 3) que consiste numa representação por meio de desenho, das atividades realizadas da vida ordinária e extraordinária de cada povo. O resultado são desenhos coloridos que apresentam a rotina da comunidade e forte marcação pelas estações do ano (chuva e seca), com legendas na língua originária e/ou língua portuguesa. Nos desenhos são ilustrados artesanatos, armas, plantio, colheita, manejo da terra, pesca, caça, animais, chuva, seca, rituais, entre outros.



Figura 3 – Calendário Cultural Munduruku



Fonte: Registro dos próprios autores em agosto de 2022.

Em pesquisa realizada por Held (2013), aponta que a comunidade Tenharim, dos municípios de Humaitá (AM) e Manicoré (AM), tem dificuldade com a falta de apoio do poder público, através de orientações específicas de sustentabilidade junto ao turismo. Por outro lado, o turismo inibiu barcos de pesca comercial, que assaltavam os rios das proximidades e roubavam toneladas de peixes, sem nenhum retorno para a comunidade.

Mateus e Rabinovici (2016) realizaram pesquisa na aldeia Tabaçú Reko Ypy, localizada na Terra Indígena Piaçaguera (SP), e observaram que os indígenas têm no turismo uma relação na qual os seus ensinamentos são transmitidos com o intuito de serem respeitados e, de certa forma, conhecer um pouco mais sobre outras culturas. O povo Tupi-Guarani (e também da mistura da etnia Tupinambá com a etnia Guarani) da aldeia Tabaçú Reko Ypy, menciona que ao receber visitantes, se sente mais estimulado a cuidar do seu espaço, a buscar matéria-prima para a produção de seus artesanatos e tintas naturais.

Santos, Carvalho e Tricárico (2019) realizaram pesquisa com a etnia Sateré-mawé, que vive no município de Iranduba (AM), e identificaram os seguintes aspectos: a atividade turística trouxe uma alternativa de renda que tem ajudado para que os jovens não busquem trabalho na capital; a comunidade não recebe apoio das agências de turismo do estado; a divulgação dos atrativos passa pelo precário acesso à internet e de recursos que a comunidade não dispõe; e, o turismo trouxe de volta alguns modos de vida já abandonados pelos jovens e potencializou as

atividades culturais que a comunidade já realizava, apesar de algumas destas expressões terem sido adaptadas para que pudessem se tornar mais atrativas aos turistas, a sua essência permanece como patrimônio não somente desta comunidade estudada, mas da etnia Sateré-mawé.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A diversidade étnico-cultural do estado de Mato Grosso desperta o interesse das pessoas e é capaz de mobilizar um turismo nas aldeias e Terras Indígenas. Se por um lado, o Turismo Receptivo é um anseio de muitos destinos turísticos, por outro representa um imprescindível esforço responsável entre as próprias comunidades, órgãos governamentais, empresários e os próprios turistas. Posto dentro das contradições, problemáticas, violências e desigualdades inerentes ao campo, dentro do capitalismo, conforme destacado no texto de Cañada (2023) e brevemente trazido para este documento.

São demandas dos participantes indígenas ouvidos na oficina e que querem o turismo: oficinas de capacitação para o turismo; priorizar a contratação dos povos autóctones; aquisição de alimentos na comunidade; apoio na comercialização do artesanato; apoio às comunidades na realização de suas festas; entre outros. Por outro lado, apontaram alguns problemas que poderiam ser desencadeados a partir do desenvolvimento do etnoturismo em suas aldeias: doenças, uso de drogas, prostituição, alcoolismo, mudanças na rotina e nos rituais, degradação da natureza, interferência na língua nativa; transmissão de doenças; e, acesso a Terra Indígena sem autorização.

Simultaneamente, os povos indígenas reconhecem a necessidade de auxílio e orientação para iniciar o etnoturismo e destacaram as seguintes participações: visitantes; associações; governos municipal, estadual e federal; Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI); Operação Amazônia Nativa (OPAN); e, Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT).

A partir do estudo realizado, identificaram-se alguns aspectos relevantes para serem considerados no etnoturismo em Terras Indígenas no Estado de Mato Grosso: gestão ambiental; geodiversidade; infraestrutura para o desenvolvimento e fomento às atividades produtivas sustentáveis; inclusão social e cidadania, inclusive na representação de grupos étnicos, corporativos ou associativos; e, produção, organização e disponibilização de informações sobre o turismo em terras indígenas a fim de reduzir os riscos às comunidades.

O [turismo e o] etnoturismo, se apresenta como produto e produtor das dinâmicas socioespaciais nas Terras Indígenas do estado de Mato Grosso de uma forma muito mais ampla e complexa da apresentada neste estudo. Considera-se que a construção do etnoturismo é

dialogica, é diversa, cheia de disputas e limitações e remete a tempos-espacos outros que podem suscitar a realizacão de novas pesquisas. Mas mais do que isto: que podem suscitar a inspiracão de modos outros de interaçãõ com o mundo e tudo que estã vivendo nele.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Fundaçãõ Nacional do Índio. **Instruçãõ normativa n°03/2015, de 11 de junho de 2015**. Estabelece normas e diretrizes relativas às atividades de visitaçãõ para fins turísticos em terras indígenas. Brasília: FUNAI, 2015. Disponível em: <<https://www.gov.br/funai/pt-br/arquivos/conteudo/ascom/2015/doc/jun-06/in-03-2015.pdf>>. Acesso em: 14 jun. 2022.

BRILHA, J. B. R. **Patrimônio geológico e geoconservação**: a conservaçãõ da natureza na sua vertente geológica. São Paulo: Palimage, 2005.

CAÑADA, E. Erik Olin Wright e as possibilidades do turismo pós-capitalista. **Revista sobre Acesso à Justiça e Direitos nas Américas**, Brasília, v.7, n.1, p.7-25, jan./jun. 2023. Disponível em: <<https://periodicos.unb.br/index.php/abya/article/view/48231/38607>>. Acesso em: 10 nov. 2023.

CPRM. Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais. **Geodiversidade do estado de Mato Grosso**. Goiânia: CPRM, 2010.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo demográfico 2010**. Características gerais dos indígenas: resultados do universo. Brasília, 2012. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/95/cd_2010_indigenas_universo.pdf>. Acesso em: 14 jun. 2022.

GASPARINETTI, P.; OZORIO, R. **Fortalecendo o turismo em terras indígenas**: análise de oferta e demanda do turismo na bacia do Rio Juruena, Mato Grosso (Relatório). 2019. CSF-Brasil, fev. 2019. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/331841238_FORTALECENDO_O_TURISMO_EM_TERRAS_INDIGENAS_ANALISE_DE_OFERTA_E_DEMANDA_DO_TURISMO_NA_BACIA_DO_RIO_JURUENA_MATO_GROSSO>. Acesso em: 14 jun. 2022.

GUIMARÃES, R. G. Turismo em terras indígenas já é fato: quem se arrisca? **Dialogando no turismo**, v. 1, n. 1, p. 15-42, jun. 2006. Disponível em: <www.rosana.unesp.br/revista>. Acesso em: 23 mar. 2022.

HELD, A. de A. V. **Turismo em Terras Indígenas**: atravessando o portal com respeito. 2013. Dissertaçãõ (Mestrado em Turismo) - Centro de Excelência em Turismo – CET, Universidade de Brasília – UNB. Brasília, 2013. Disponível em: <<https://repositorio.unb.br/handle/10482/14714>>. Acesso em: 10 jun. 2022.

KRENAK, A. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

LEFEBVRE, H. **A produçãõ do espaco**. Trad. Grupo “As (im)possibilidades do urbano na metrópole contemporânea”. Núcleo de Geografia Urbana da UFMG (do original: La



production de l'espace. 4. ed. Paris: Éditions Anthropos, 2000). Primeira versão: Início – fev. 2006.

MATEUS, C. A. P.; RABINOVICI, A. O turismo étnico como ferramenta para o etnodesenvolvimento da aldeia *Tabaçu Reko Ypy*, Itanhaém-Peruíbe (SP). **Revista Brasileira de Ecoturismo**, São Paulo, v.9, n.3, p.517-543, ago./out. 2016. Disponível em: <<https://periodicos.unifesp.br/index.php/ecoturismo/article/view/6541>>. Acesso em: 8 nov. 2023.

RAMOS, A. R. A.; FERKO, G. P. S. Turismo em terras indígenas: legislação e direitos humanos. **Revista Iberoamericana de Turismo**, Penedo, v. 8, n. 2, p. 127-142, dez. 2018. Disponível em: <<http://www.seer.ufal.br/index.php/ritur>>. Acesso em: 30 abr. 2023.

SANTOS, D. M. A.; CARVALHO, J. M.; TRICÁRICO, L. T. Patrimônio imaterial e o turismo étnico em comunidade indígena, em Iranduba, Amazonas. **Turismo e Sociedade**, Curitiba, v. 12, n. 3, p. 16-35, set./dez. 2019. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/turismo/article/view/69779>>. Acesso em: 8 nov. 2023.